

Reparação de emissário submarino transtorna a vida dos pescadores de Sines

Costa alentejana
Carlos Dias

Execução da obra obriga a lançar os efluentes da ETAR da Ribeira de Moinhos no areal da praia interditando a actividade pesqueira

A reparação do troço inicial do emissário submarino, por onde é feita a descarga no oceano a 2400 metros da costa e a uma profundidade de 40 metros, dos efluentes industriais e urbanos tratados na Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da Ribeira dos Moinhos, está a afectar a actividade pesqueira de Sines.

A operação que está a decorrer implica o corte do troço inicial do emissor submarino numa extensão de 120 metros e a sua substituição por uma tubagem em polietileno de alta densidade, com 900 milímetros de diâmetro.

Alfredo Patrício, presidente da Associação de Armadores da Pesca Artesanal e do Cerco do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, adiantou ao PÚBLICO que os trabalhos decorrem num dos "locais de pesca mais ricos da costa alentejana" e que este facto tem "implicações" na faina dos associados.

Desde final de Setembro, quando foram iniciados os trabalhos de reparação, que cerca de 70 embarcações de pesca não podem desenvolver a sua actividade numa linha de costa "com quase uma milha para norte do emissário submarino e milha e meia para sul e numa largura de um quarto de milha a contar do areal", explicou Alfredo Patrício. A área interdita estende-se desde o Canto Mosqueiro até ao limite sul da Reserva Natural das Lagoas da Sancha e Santo André.

A área onde decorre a intervenção está a ser afectada pela colocação de um emissário de recurso (*bypass*) em tubo de polietileno, que canaliza o caudal da ETAR para um canal aberto no areal da praia do Lago, com cerca de 20 metros de comprimento, e que conduz o efluente para o mar. O sistema de descarga alternativo está protegido das marés por uma paliçada composta por estacas metálicas cravadas na areia.

Os efluentes tratados são produzidos pelas empresas da Zona Industrial de Sines (na sua maioria hidrocarbonetos) e pe-



Cerca de 70 embarcações não podem operar na zona afectada

las populações dos concelhos de Sines e Santiago do Cacém.

Em esclarecimentos prestados ao PÚBLICO, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) diz ter "licenciado" a obra nas condições em que está decorrer, e que a solução encontrada para conduzir os efluentes tratados tem "carácter temporário".

A descarga da ETAR através do emissário de recurso iniciou-se a 30 de Novembro, mas a duração desta intervenção "está dependente de

A Autoridade de Saúde de Sines, alegando "razões de saúde pública", ordenou a interdição do uso da praia e da actividade da pesca na zona da costa norte

inúmeros factores", refere aquela entidade, destacando "as condições climáticas e a agitação marítima" que venham a registar-se e que podem "condicionar" a execução dos trabalhos. Nestas circunstâncias não se compromete a indicar uma data precisa para a conclusão dos trabalhos da empreitada, que ultrapassa os 400 mil euros.

A solução que está a ser aplicada foi proposta pela empresa Águas de Santo André, SA (AdSA), entidade que detém a concessão da ETAR da Ribeira dos Moinhos, "como a tecnicamente mais adequada" face aos

constrangimentos que este tipo de intervenções coloca, frisa a APA.

Fernanda Santos, da Autoridade de Saúde de Sines, alegando "razões de saúde pública", ordenou a interdição do uso da praia e da actividade da pesca na zona da costa norte, afectada pelo decorrer dos trabalhos, mas garantiu ao PÚBLICO que "está a acompanhar a obra". Por aquilo que tem observado, os trabalhos estão a decorrer conforme o programado, embora admita que o tipo de intervenção em curso "tenha sempre associado algum impacto ambiental". Contudo, o risco da instalação do *bypass* "foi devidamente calculado" e sujeito a uma "autorização especial" da APA.

O PÚBLICO tentou ouvir as explicações do administrador delegado da AdSA, Manuel Lacerda, sobre a execução dos trabalhos mas tal não foi possível.

No seu *site*, a empresa refere que durante o período de funcionamento do *bypass* será aplicado um plano de monitorização da água e sedimentos das áreas circundantes à descarga, mas até ao momento não foram publicados nesta página quaisquer resultados das análises que eventualmente tenham sido efectuadas à qualidade da água do mar na zona da descarga.

Entretanto, e sob proposta da AdSA, foi constituída uma comissão de acompanhamento da obra, onde estão representadas a Agência Portuguesa do Ambiente, a Capitania do Porto de Sines/Polícia Marítima, a Câmara de Sines e a Protecção Civil Municipal, o Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo e a Autoridade de Saúde Pública de Sines.

Projecto PIN de Vale do Freixo, em Querença, será debatido no Parlamento

Algarve
Idílio Revez

O Bloco de Esquerda (BE) requereu com "carácter de urgência" a presença da secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, Célia Ramos, no Parlamento, para responder às muitas questões suscitadas pelo empreendimento turístico Vale do Freixo — um projecto classificado de Potencial Interesse Nacional (PIN) em 2012, a construir em cima do principal aquífero do Algarve (Querença-Silves).

A associação ambientalista Almargem chamou a atenção para os "impactos cumulativos" que se verificam com mais este PIN, de 1700 camas e campo de golfe, que se junta a um outro, o aldeamento Quinta da Ombria (Querença), que começou a ser construído na mesma zona, com as mesmas características.

O deputado João Vasconcelos sustenta as preocupações dos bloquistas com o facto de se tratar de "áreas fundamentais para a conservação da biodiversidade na União Europeia" que, embora estejam integradas na Rede Natura 2000, não estão a ser devidamente acauteladas. O anteprojecto do Vale do Freixo deu entrada na Câmara de Loulé há cerca de seis meses, mas tem ainda de passar pelo crivo de várias entidades até chegar à fase de emissão de alvará.

A Quinta da Ombria, na fase de discussão pública da avaliação do estudo de impacto ambiental, foi objecto de uma queixa da Liga para a Protecção da Natureza em Bruxelas. Em causa esteve a defesa do aquífero e de outros valores naturais.

"É essencial conhecer a situação em que se encontra o referido projecto e quais as acções e intenções governativas em relação a este PIN", diz o deputado.

PUBLICIDADE

TEATRO MUNICIPAL JOAQUIM BENITE

A TRAGÉDIA OPTIMISTA
De Vsevolod VICHNIEVSKI Encenação de Rodrigo FRANCISCO

QUA a SAB / 21H30
DOM / 16H30

I CAN'T BREATHE
Criação e encenação de Eimano SANCHO

JANEIRO
SEX 22 / 21H30

REPÚBLICA PORTUGUESA | dgARTES | ALMADA

Tel.: 21 273 93 60
www.ctaalmada.pt